Revista Macambira

Economia popular e solidária e sustentabilidade ambiental: confluências e fronteiras conceituais

André de Oliveira Alves[1]*, **José Raimundo Oliveira Lima**[2]

RESUMO

O presente estudo é fruto das reflexões promovidas no componente curricular "Economia Popular e Solidária e Desenvolvimento Local" do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial (PLANTERR-UEFS), e de discussões realizadas no Grupo de Estudos e Pesquisas em Economia Popular e Solidária e Desenvolvimento Local (GEPOSDEL). O objetivo foi descrever as confluências entre a Economia Popular e Solidária e a Sustentabilidade Ambiental. Apesar da adoção de uma abordagem eminentemente teórica, este texto também oferece contribuições empíricas ao tema, uma vez que são expostos resultados de pesquisas que sustentam a análise e as conclusões do estudo. No decorrer do trabalho de pesquisa, verificou-se a importância da integração entre a Economia Popular e Solidária e a Sustentabilidade Ambiental para a construção de um desenvolvimento mais justo, equitativo e sustentável. Tal integração é fundamental para superar as desigualdades sociais e econômicas e garantir um futuro viável e justo para as próximas gerações.

Palavras-chave: Práticas sustentáveis, Justiça socioambiental, Desenvolvimento equitativo.

Popular and solidarity economy and environmental sustainability: confluences and conceptual boundaries

ABSTRACT

The present study is the result of reflections promoted by the curricular component "Popular and Solidarity Economy and Local Development" of the Graduate Program in Territorial Planning (PLANTERR-UEFS), and discussions held in the Group of Studies and Research in Popular and Solidarity Economy and Local Development (GEPOSDEL). The research aim was to describe the confluences between the Popular and Solidarity Economy and Environmental Sustainability. Despite adopting an eminently theoretical approach, this text also offers empirical contributions to the topic, as research results that support the analysis and conclusions of the study are presented. During the research, the importance of integrating Popular and Solidarity Economy and Environmental Sustainability was verified for the construction of a more fair, equitable, and sustainable development. Such integration is fundamental to overcoming social and economic inequalities and ensuring a viable and fair future for future generations.

Keywords: Sustainable practices, Socio-environmental justice, Equitable development.

Economia popular e solidária e sustentabilidade ambiental: confluências e fronteiras conceituais

[1] Mestrando no Programa de Pós-graduação em Planejamento Territorial pela Universidade Estadual de Feira de Santana (PLANTERR-UEFS). Graduado em Administração pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB). Membro do Grupo de Pesquisa em Gestão, Contabilidade e Sustentabilidade em Organizações (GCSO); Membro do Grupo de Pesquisa em Administração e Desenvolvimento Territorial (GPADT), Feira de Santana, Bahia, Brasil. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-1793-9263. Lattes: http://lattes.cnpq.br/5422357041932689. *Autor correspondente: andre.planterr@uefs.br

[2] Doutor e Pós-Doutor em Educação e Contemporaneidade, Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Docente Titular do curso de Ciências Econômicas, Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e dos Programas de Pós-graduação em Planejamento Territorial (PLANTERR/UEFS), Programa de Pós-Graduação em Rede Nacional para Ensino das Ciências Ambientais (PROFCIAMB) e Coordenador do Programa de Extensão Incubadora de Iniciativas de Economia Popular e Solidária (IEPS/UEFS) -Bolsista de Produtividade-CNPq, Feira de Santana, Bahia, Brasil. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-3646-307X Lattes: http://lattes.cnpq.br/3667598575343054

ISSN: 2594-4754 | **DOI:** https://doi.org/10.35642/rm.v7i1.939.

RESUMEN

Este estudio es resultado de reflexiones promovidas en el componente curricular "Economía Popular y Solidaria y Desarrollo Local" del Programa de Posgrado en Ordenamiento Territorial (PLANTERR-UEFS), y discusiones sostenidas en el Grupo de Estudios e Investigaciones en Economía Popular y Solidaria y Desarrollo Local (GEPOSDEL). El objetivo fue describir las confluencias entre la Economía Popular y Solidaria y la Sostenibilidad Ambiental. A pesar de adoptar un enfoque eminentemente teórico, este texto también ofrece aportes empíricos al tema, ya que se presentan resultados de investigación que sustentan el análisis y las conclusiones del estudio. Durante el trabajo de investigación se constató la importancia de la integración entre la Economía Popular y Solidaria y la Sostenibilidad Ambiental para la construcción de un desarrollo más justo, equitativo y sostenible. Esta integración es fundamental para superar las desigualdades sociales y económicas y garantizar un futuro viable y justo para las generaciones futuras.

Palabras clave: Prácticas sostenibles, Justicia socioambiental, Desarrollo equitativo.

1. INTRODUÇÃO

Na atual conjuntura, dois temas relevantes emergem de maneira proeminente: a Economia Popular e Solidária e a Sustentabilidade. Ambos conquistam sua projeção devido à crescente e premente necessidade de alternativas que não apenas redefinam os paradigmas da organização social, mas que também permitam a exploração dos recursos naturais de forma sustentável, contribuindo, assim, para a realização de atividades econômicas de maneira responsável e resiliente.

Embora sejam distintas, a Economia Popular e Solidária e a Sustentabilidade podem estar intimamente relacionadas, uma vez que a primeira busca promover a justiça social e a inclusão econômica (SINGER, 2002), enquanto a segunda visa à preservação ambiental e ao uso sustentável dos recursos naturais (OLIVEIRA, 2017). Diante disso, este trabalho descreve as confluências entre a Economia Popular e Solidária e a Sustentabilidade de maneira a elucidar as formas pelas quais os dois conceitos dialogam entre si.

Nesse contexto, articulou-se o seguinte problema de pesquisa: em que consiste a confluência entre a Economia Popular e Solidária e a Sustentabilidade Ambiental? Responder a esse problema não foi uma tarefa fácil. Para isso, a discussão aqui desenvolvida sustentou-se em dois objetivos específicos: i. caracterizar e conceituar os termos da Economia Popular e Solidária e da Sustentabilidade, e ii. apresentar as interseções entre a Economia Popular e Solidária e a Sustentabilidade Ambiental.

Quanto aos aspectos metodológicos, esta pesquisa sustentou-se em referências teóricas da área, em documentos legais e dados institucionais, bem como em uma caracterização dos componentes territoriais e suas convergências multidimensionais em relação aos objetivos da pesquisa.

A temática de Economia Popular e Solidária é compreendida, neste estudo, numa perspectiva interdisciplinar, contemplada em disciplinas articuladas entre os programas de Pós-

ISSN: 2594-4754 | **DOI:** https://doi.org/10.35642/rm.v7i1.939.

graduação em Planejamento Territorial da Universidade Estadual de Feira de Santana (PLANTERR-UEFS), o Programa de Pós-graduação em Rede Nacional para o Ensino das Ciências Ambientais (PROFCIAMB) e referendada nos encontros mensais do Grupo de Estudos e Pesquisas em Economia Popular e Solidária e Desenvolvimento Local (GEPOSDEL). Portanto, é lícito dizer que o tema é integra a matriz de debates de parcela significativa dos professores credenciados aos Programas de Pós-graduação citados.

Este artigo estrutura-se em quatro seções. Após esta introdução, o item 2, "Discussão", aborda as categorias de análise empregadas na pesquisa e a revisão conceitual dos termos Economia Popular e Solidária (item 2.1) e Sustentabilidade (item 2.2). O item 2.3 trata das relações entre a Economia Popular e Solidária e a Sustentabilidade Ambiental, após o que são apresentadas as Considerações finais e as Referências.

2. DISCUSSÃO

2.1 Economia Popular e Solidária

A Economia Popular e Solidária pode ser entendida como a proposição de uma outra economia, um pensamento socioeconômico ou uma economia substantiva cujas dimensões práticas, conceituais e confluências interdisciplinares vão além das compreensões atribuídas à Economia de Mercado, caracterizada pela busca de equilíbrio entre oferta e demanda.

Lima (2014) argumenta que a economia no molde ocidental é um processo histórico e em constante evolução que abrange políticas e processos socioprodutivos orientados por um macrodirecionamento econômico que busca uma ordem produtiva global em redes de distribuição equivalentes que levem em conta a mobilidade dos fatores de produção como o capital e o trabalho. Essa orientação econômica globalizante impôs uma ordem verticalizada baseada no acúmulo de capital sem levar em consideração aspectos sociais, culturais, educacionais, ambientais e políticos, assim como os atributos locais.

O marco histórico desse modelo é o início do século XIX, quando a Europa passou por profundas transformações impulsionadas pela Primeira Revolução Industrial. Esse período foi caracterizado pelo surgimento da máquina a vapor, a intensificação da atividade industrial e a expansão dos mercados globais. Tais mudanças revolucionárias tiveram um impacto significativo na sociedade, na economia e no tecido social europeu (LEAL; RODRIGUES, 2018). Assim, a Revolução Industrial foi marcada por problemas sociais significativos, incluindo a substituição em massa do trabalho humano por máquinas, as condições de trabalho

Revista Macambira, Serrinha (BA), v. 7, n. 1, e071016, Jan.-Dez., 2023
ISSN: 2594-4754 | **DOI:** https://doi.org/10.35642/rm.v7i1.939.

degradantes enfrentadas pelos operários fabris e o desemprego e a miséria resultantes dessas mudanças (COLLYER, 2015).

Nesse contexto, emerge o primeiro indício da Economia Solidária na forma da Economia Social, também conhecida como "associativismo pioneiro" (ALEIXO, 2015). Para Leal e Rodrigues (2018), esse estágio inicial da Economia Social surgiu como resposta às condições precárias de trabalho e aos demais efeitos sociais negativos do capitalismo. Como resultado, várias iniciativas de associativismo, mutualismo e cooperativismo começaram a surgir (FRANÇA FILHO, 2002). Essas formas de organização visavam enfrentar as desigualdades e promover uma economia mais justa e solidária.

Mais tarde, a Economia Solidária passou a ser compreendida como Economia Popular e Solidária[3]. Nessa circunstância, o protagonismo é das práticas econômicas realizadas por grupos de trabalhadores em suas comunidades, destacando-se a participação ativa desses indivíduos na organização de suas próprias atividades econômicas em prol do bem-estar coletivo. De acordo com Diniz (2019):

> O termo "Economia Popular e Solidária" (EPS) é utilizado, assim, para abranger um conjunto heterogêneo de práticas econômicas realizadas pelos trabalhadores a partir de sua própria força de trabalho, com o objetivo de assegurar a reprodução da vida social, muitas vezes em bases solidárias. (DINIZ, 2019, p. 964).

Assim, a Economia Popular e Solidária surge como uma alternativa ao modelo econômico predominante, possibilitando a organização da classe trabalhadora. De acordo com Tauile (2009), houve, no Brasil, na década de 1990, uma difusão expressiva do fenômeno da Economia Popular e Solidária, que se transformou na organização democrática e igualitária de um número significativo de trabalhadores em empreendimentos, especialmente sob a forma de cooperativas autogestionárias. Do Oiapoque ao Chuí, a Economia Popular e Solidária difundiu-se, ganhado cada vez mais destaque como uma alternativa sustentável e eficaz para enfrentar os desafios socioeconômicos e ambientais (SINGER, 2002).

Para Singer (2002, p. 9) "[...] a solidariedade na economia só pode se realizar se ela for organizada igualitariamente pelos que se associam para produzir, comerciar, consumir ou poupar [...]". De acordo a essa premissa, a Economia Popular e Solidária pode ser entendida como uma possibilidade de organização da economia baseada em princípios de solidariedade, cooperação, autogestão e democracia participativa. Essa forma de organização busca criar

[3] O conceito de Economia Popular e Solidária adotado neste trabalho se alinha à noção de Economia Solidária. Tendo em vista os limites investigativos da discussão aqui proposta, não há necessidade de maiores esclarecimentos sobre a noção de Economia Solidária pois, ainda que sejam conceitos significativamente diferentes em relação à defesa política de uma economia em que se pretende que "o subalterno possa falar", ambas são compreendidas como uma economia política dos setores populares (LIMA, 2022).

Revista Macambira, Serrinha (BA), v. 7, n. 1, e071016, Jan.-Dez., 2023
ISSN: 2594-4754 | **DOI:** https://doi.org/10.35642/rm.v7i1.939.

relações econômicas mais justas e sustentáveis, valorizando o trabalho humano, o meio ambiente e as relações sociais.

De acordo com a Carta de Princípios da Economia Solidária, elaborada no Fórum Brasileiro de Economia Solidária em 2002, a Economia Solidária pode ser entendida como uma abordagem alternativa de produção, comércio e troca que visa atender às necessidades de consumo sem explorar os outros, prejudicar o meio ambiente ou buscar vantagens injustas. Trata-se de um modelo baseado na cooperação e no fortalecimento do grupo, e cada indivíduo busca o bem-estar coletivo e pessoal. Corroborando, Singer (2002) entende que:

> a Economia Solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. O resultado natural é a solidariedade e a igualdade, cuja reprodução, no entanto, exige mecanismos estatais de redistribuição solidária da renda. (SINGER, 2002, p.10).

Assim, os princípios da propriedade coletiva e da liberdade individual são destacados como fundamentais para a organização das iniciativas de Economia Solidária que buscam promover a solidariedade e a igualdade entre os trabalhadores. Para Tauile (2009, p. 36), "[...] a rigor, não se trata de nenhuma inovação no direito societário brasileiro, mas identificam-se possíveis sinergias no âmbito concreto de novas relações de trabalho como um elemento a mais na viabilidade dos empreendimentos econômicos contemporâneos [...]".

A Economia Popular e Solidária pode se manifestar em diversas formas organizativas, como cooperativas, associações, empresas autogestionárias, grupos de produção e consumo, bancos comunitários, entre outras. Essas formas organizativas visam garantir a participação e a decisão coletiva dos trabalhadores, bem como a distribuição justa dos resultados do trabalho (LIMA, 2014).

Além de buscar relações econômicas mais justas e sustentáveis, a Economia Popular e Solidária também tem como objetivo promover o desenvolvimento local, a geração de trabalho e renda, a inclusão social e a valorização da cultura e dos saberes locais. Dessa forma, a Economia Popular e Solidária se apresenta como uma alternativa ao modelo econômico hegemônico que, muitas vezes, prioriza o lucro em detrimento do bem-estar das pessoas e do meio ambiente, e que tende a concentrar a riqueza e a aumentar a exclusão social.

A seção subsequente aprofunda a discussão sobre a noção de Sustentabilidade, um tema cuja perspectiva é abordada por Lima (2014) como uma das dimensões fundamentais da Economia Popular e Solidária.

Revista Macambira, Serrinha (BA), v. 7, n. 1, e071016, Jan.-Dez., 2023
ISSN: 2594-4754 | **DOI:** https://doi.org/10.35642/rm.v7i1.939.

2.2 Sustentabilidade

A compreensão da palavra "sustentabilidade" pode variar de acordo com o contexto em que é utilizada. Em geral, o termo se refere à capacidade de se manter uma atividade ou processo ao longo do tempo, sem esgotar os recursos naturais e sem prejudicar as gerações futuras (WWF-BRASIL, 2007).

No contexto da sustentabilidade social, o foco é na promoção da justiça social e da equidade, garantindo que as necessidades básicas de todas as pessoas sejam atendidas e que haja inclusão social. Nesse sentido, Iaquinto (2018) argumenta que a sustentabilidade se refere à capacidade de se manter o desenvolvimento econômico e social de forma equilibrada e justa, sem deixar ninguém para trás.

No que concerne à sustentabilidade econômica, a preocupação é com a viabilidade financeira das atividades e processos ao longo do tempo. Iaquinto (2018) compreende que a sustentabilidade na dimensão econômica se refere à capacidade de se manter uma atividade ou processo sem comprometer a sua viabilidade financeira, garantindo a sua continuidade e a geração de renda e emprego de forma sustentável.

Neste trabalho, compreende-se a sustentabilidade na perspectiva ecológica ou ambiental. Nesse viés, a preocupação principal é com a conservação dos recursos naturais e a preservação da biodiversidade. Assim, a sustentabilidade ou desenvolvimento sustentável se refere à capacidade de se manter o equilíbrio entre a utilização dos recursos naturais e a sua regeneração, garantindo que as necessidades das gerações atuais sejam atendidas sem comprometer a capacidade das gerações futuras.

O desenvolvimento sustentável é um conceito que surgiu na década de 1980 e ficou registrado na literatura através do Relatório Brundtland, também conhecido como *Nosso Futuro Comum* ou *Our Common Future*. Esse relatório trouxe, pela primeira vez, a definição de desenvolvimento sustentável como um modelo que propõe a conciliação entre a conservação da natureza e o crescimento econômico (CMMAD, 1988).

O surgimento desse conceito foi motivado pelos problemas ambientais da época, o que levou instituições e grupos sociais a discutirem a temática e a buscar soluções para a conciliação entre o desenvolvimento econômico e a proteção do meio ambiente. No entanto, Sobrinho (2008, p. 134) aponta:

> o primeiro equívoco do Relatório Brundtland é apresentar o conceito de Desenvolvimento Sustentável fundamentando-o numa premissa que se baseia numa ideia subjetiva que é a de *Desenvolvimento e de Necessidades*. [...] a ideia de

Revista Macambira, Serrinha (BA), v. 7, n. 1, e071016, Jan.-Dez., 2023
ISSN: 2594-4754 | **DOI:** https://doi.org/10.35642/rm.v7i1.939.

> Desenvolvimento e Progresso são vistas hoje como as grandes vilãs de uma possível 'harmonia' entre o meio ambiente e a sociedade humana, tendo em vista que tais ideias, desde a Antiguidade Clássica, ou desde a tradição judaico-cristã, estavam vinculadas ao ideário de conquista da natureza em sua totalidade.

Importante considerar que, embora a abordagem do Relatório Brundtland tenha sido restrita, seu papel histórico na promoção do desenvolvimento sustentável não pode ser subestimado. Desde então, o conceito de desenvolvimento sustentável evoluiu e se expandiu, tornando-se uma preocupação global e um objetivo de políticas públicas em muitos países, incluindo o Brasil. Dentre as principais políticas estabelecidas no Brasil, destacam-se o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza[4] (SNUC), no ano 2000, a Política Nacional de Saneamento Básico[5] (PNSB), de 2007 e Política Nacional de Resíduos Sólidos[6] (PNRS), de 2010.

Nos moldes contemporâneos, o desenvolvimento sustentável é caracterizado pelo tripé composto por desenvolvimento econômico, crescimento ou melhoramento das condições sociais e preservação ambiental (FIORILLO, 2011). Essa definição enfatiza a importância de preservar os recursos naturais para garantir um futuro sustentável. Segundo a Organização Não-Governamental *World Wilde Fund for Nature* (WWF- Brasil), o desenvolvimento sustentável é aquele que não esgota os recursos disponíveis para as próximas gerações.

Em suma, o desenvolvimento sustentável pode ser compreendido como uma nova consciência motivada por força dos visíveis danos causados ao planeta. Nesse sentido, reconhece-se a importância da preservação do meio ambiente, da promoção do desenvolvimento econômico e da garantia de equidade social sem prejudicar a capacidade das gerações vindouras de atender às suas próprias demandas.

Na seção subsequente, são exploradas as interseções entre a Economia Popular e Solidária e a Sustentabilidade Ambiental na perspectiva do que Oliveira (2017) identifica como uma resultante das ações realizadas pelos empreendimentos solidários.

2.3 A Economia Popular e Solidária e a Sustentabilidade Ambiental

Os empreendimentos de Economia Popular e Solidária são uma forma de organização econômica que prioriza o desenvolvimento de relações sociais solidárias, a equidade, a justiça

[4] A Constituição Federal de 1988 definiu previamente a proteção de áreas com a permissão para a exploração de recursos naturais somente por meio do aval da lei. Em consonância a essa premissa, o SNUC é instituído, trazendo em sua concepção o estabelecimento dos limites territoriais das Unidades de Conservação, bem como a responsabilidade pela gestão dessas áreas.
[5] A PNSB estabeleceu diretrizes nacionais para o saneamento básico abrangendo diferentes aspectos como abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem e manejo das águas pluviais, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos (CORRÊA, 2018).
[6] A PNRS estabelece o conjunto de princípios, objetivos, instrumentos, diretrizes e metas adotadas para a gestão integrada e o gerenciamento ambientalmente correto dos resíduos sólidos (ENAP, 2017).

Revista Macambira, Serrinha (BA), v. 7, n. 1, e071016, Jan.-Dez., 2023
ISSN: 2594-4754 | **DOI:** https://doi.org/10.35642/rm.v7i1.939.

social e a sustentabilidade ambiental. Segundo Oliveira (2017, p. 39), "[...] a finalidade dos empreendimentos de economia solidária vai além da viabilidade econômica, priorizando, na maioria das vezes, resultados sociais e ambientais [...]".

Diante disso, pode-se vislumbrar que a Economia Popular e Solidária e a Sustentabilidade Ambiental podem ter uma relação muito próxima e complementar, uma vez que ambas buscam a construção de relações socioeconômicas mais justas e sustentáveis valorizando o trabalho humano, o meio ambiente e as relações sociais.

A discussão sobre a Economia Popular e Solidária pode ser ampliada ao considerarmos o papel da tecnologia – principalmente as chamadas tecnologias sociais – e da inovação nesse modelo econômico. Nesse raciocínio, Dagnino (2004) compreende que:

> Não é só a maneira como se organiza o trabalho (*orgware*), mas o substrato tecnológico (*hardware* e *software*) e o próprio substrato científico que de alguma maneira produzem a tecnologia que vai ser utilizada na empresa, o que precisa ser transformado. Não basta que o empreendimento seja de cooperados e nem que adote a autogestão. (DAGNINO, 2004, p.196)

Nessa conjunção, muitos empreendimentos de Economia Popular e Solidária têm utilizado tecnologias sociais e ambientais para promover a sustentabilidade em suas atividades, como o uso de energias renováveis, práticas agroecológicas e a reciclagem de materiais. Nesse sentido, Schiochet e Silva (2016) argumentam que essa abordagem de produção e consumo valoriza a autogestão, a justiça social, o cuidado com o meio ambiente e a responsabilidade com os que sucederão. Tais princípios estão alinhados com a Sustentabilidade Ambiental, que busca a construção de relações mais equilibradas entre o homem e o meio ambiente.

Outro ponto relevante é que a Economia Popular e Solidária se empenha em estimular a conscientização ambiental e promover a educação para a sustentabilidade por meio de iniciativas formativas e ações de sensibilização dirigidas aos seus participantes e à comunidade em geral. A relação entre Educação e Economia Solidária no Brasil evoluiu a partir das influências da Educação Popular no final dos anos 80, tendo Moacir Gadotti[7] como pioneiro nesse engajamento (QUADROS; BARBOSA; COSTA, 2020).

No âmbito da educação voltada à Sustentabilidade, a abordagem do desenvolvimento sustentável vai além da escolarização, estendendo-se aos processos educativos não formais, informais e formais (QUADROS; BARBOSA; COSTA, 2020). Esses processos conscientizam os indivíduos na busca pela sustentabilidade nos âmbitos ambiental, econômico, político e social.

[7] Moacir Gadotti, professor e pesquisador da história da Filosofia da Educação e pensador pedagógico brasileiro, discípulo de Paulo Freire, tem contribuído de forma significativa para a reflexão sobre a Educação em geral e suas mazelas (NAVES, 2001).

Revista Macambira, Serrinha (BA), v. 7, n. 1, e071016, Jan.-Dez., 2023
ISSN: 2594-4754 | **DOI:** https://doi.org/10.35642/rm.v7i1.939.

Além disso, a Economia Popular e Solidária valoriza o trabalho coletivo, a autogestão e a democracia participativa. De acordo com Leal e Rodrigues (2018, p. 212) "[...] em suma, a autogestão, na economia, pode ser definida como uma metodologia de gestão, alternativa à heterogestão, com estrutura organizacional interna não-hierarquizada, fundamentada no trabalho coletivo e participação democrática dos trabalhadores [...]"

As práticas econômicas solidárias, como cooperativas e associações, muitas vezes estão associadas à produção de bens e serviços mais sustentáveis, que respeitam o meio ambiente e os recursos naturais. Além disso, essas práticas promovem a redução do desperdício, o reaproveitamento de materiais, a reciclagem e a reutilização de produtos, reduzindo o impacto ambiental da atividade econômica. No entanto, Oliveira (2017) aponta que naqueles que fazem parte desse modelo de organização, haverá uma tendência em priorizar os indicadores sociais. Por conseguinte, Mance (2002) adverte:

> de fato, quando consumimos um produto em cuja elaboração seres humanos foram explorados e o ecossistema prejudicado, nós próprios somos corresponsáveis pela exploração daquelas pessoas e pelo dano provocado ao equilíbrio ecológico, pois com nosso ato de compra contribuímos para que os responsáveis por essa opressão possam converter as mercadorias em capital a ser reinvestido do mesmo modo, reproduzindo as mesmas práticas injustas socialmente e danosas ecologicamente.

Como notado, as práticas econômicas solidárias oferecem uma promissora sinergia com a sustentabilidade ambiental, mas também incitam reflexões sobre a necessidade de harmonizar os imperativos sociais e ambientais. Dessa forma, os consumidores carregam uma responsabilidade ética substancial, influenciando o curso das práticas comerciais e seu impacto sobre as vidas humanas e o mundo natural.

Oliveira (2017), em sua dissertação de mestrado, apresenta números significativos da Economia Solidária no município de Valente-BA. Segundo os dados, cerca de 600 pessoas – aproximadamente 2% da população – são diretamente beneficiadas com geração de renda ou complemento de renda por meio desses empreendimentos, impulsionados majoritariamente pelos setores de comércio e serviços.

Ainda que o cenário econômico e social do município seja desfavorável, com alto índice de desemprego e poucas oportunidades de trabalho – os indicadores mostram que a população ocupada gira em torno de 13,0%, e o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é de 0,637 (IBGE, 2020) – a Economia Solidária se apresenta como um importante meio de subsistência para a população.

Nesse cenário, a situação se torna ainda mais crítica para mais da metade da população que reside na zona rural (OLIVEIRA, 2017). Nesse sentido, a importância dos

Revista Macambira, Serrinha (BA), v. 7, n. 1, e071016, Jan.-Dez., 2023
ISSN: 2594-4754 | **DOI:** https://doi.org/10.35642/rm.v7i1.939.

empreendimentos de Economia Solidária é reforçada, pois eles podem proporcionar um meio de vida digno para as pessoas que vivem nessas regiões.

No entanto, Oliveira (2017) também ressalta a necessidade de garantir a sustentabilidade nos empreendimentos de Economia Solidária, a fim de alcançar a melhoria da situação social, ambiental e econômica a longo prazo. Dessa forma, é crucial buscar um equilíbrio entre essas dimensões para alcançar a sustentabilidade, o que implica em considerar não apenas a viabilidade econômica do empreendimento, mas também a capacidade de preservar e regenerar o meio ambiente, além de promover a inclusão social e a justiça econômica.

Em sua tese de doutorado, Lima (2014) demonstra que as incubadoras universitárias têm um papel fundamental na promoção da Economia Popular e Solidária como estratégia para o Desenvolvimento Local Solidário[8]. Segundo o autor, o Programa Incubadora de Iniciativas da Economia Popular e Solidária da Universidade Estadual de Feira de Santana (PIEPS/UEFS) é um importante agente articulador capaz de promover o acesso a conhecimentos científicos e tecnológicos produzidos pela universidade, bem como articular diferentes formas de conhecimento, saberes locais, tecnologias sociais, espaços e infraestrutura (LIMA, 2014).

Durante o período de 2008 a 2012, o PIEPS/UEFS demonstrou sua capacidade de promover uma relação formativa orgânica e organizativa entre os diversos sujeitos envolvidos, como professores, técnicos, estudantes e trabalhadores interessados na geração de trabalho e renda e em novas relações socioprodutivas, a partir dos princípios norteadores da autogestão, cooperação, associativismo e solidariedade, que são manifestados nos arranjos locais (LIMA, 2014).

A incubadora universitária, através de programas de orientação, consultoria e incubação atua com uma abordagem que combina aspectos político-pedagógicos que trazem à tona conceitos teórico-metodológicos que destacam as contradições, a historicidade e a complexidade que envolve a possibilidade de uma síntese que promova o desenvolvimento local solidário (LIMA, 2016).

A abordagem preconizada por Lima (2016) sistematiza sua forma de atuação a partir das intervenções tanto internas quanto externas à comunidade universitária, o que permite a compreensão das maneiras de lidar e colaborar com diversas formas de organização. É comum que as organizações assistidas pela incubadora enfrentem limitações diversas, desde recursos financeiros a objetivos específicos.

[8] O desenvolvimento local solidário constitui-se num processo que considera outras dimensões, como social, ambiental, educacional, cultural, política, econômica, e não apenas a mercadológica, abordando elementos pertinentes à dimensão dessa economia (LIMA, 2016).

Revista Macambira, Serrinha (BA), v. 7, n. 1, e071016, Jan.-Dez., 2023
ISSN: 2594-4754 | **DOI:** https://doi.org/10.35642/rm.v7i1.939.

Nesse contexto, a Incubadora de Iniciativas da Economia Popular e Solidária da UEFS se apresenta como uma ferramenta importante para a promoção do Desenvolvimento Local Solidário, atuando na capacitação de empreendimentos e cooperativas populares, fomentando a criação de novos empreendimentos e promovendo a integração deles em redes e cadeias produtivas solidárias. Acredita-se que essa conduta é fundamental para o fortalecimento da economia local e para a melhoria das condições de vida das comunidades envolvidas, contribuindo, assim, para um desenvolvimento mais justo e sustentável.

Nesse sentido, entende-se que a Economia Popular e Solidária e a Sustentabilidade Ambiental compartilham pontos em comum, e podem se complementar de maneira significativa. Ambas têm como objetivo a construção de uma sociedade mais justa, equilibrada e sustentável, reconhecendo a importância do trabalho humano e a necessidade de preservação do meio ambiente.

Ao associar os dois conceitos, é possível promover uma economia alternativa mais inclusiva e responsável que priorize a cooperação, a solidariedade e a preservação da natureza, gerando benefícios tanto para a sociedade quanto para o planeta. É necessário, portanto, incentivar iniciativas que promovam a interação entre a Economia Solidária e a Sustentabilidade Ambiental visando um desenvolvimento mais equitativo e consciente.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo é o resultado de um estudo panorâmico que buscou descrever as confluências entre a Economia Popular e Solidária e a Sustentabilidade de maneira a elucidar como os dois conceitos dialogam entre si. Mediante a pesquisa, identificou-se que as confluências entre a Economia Popular e Solidária e a Sustentabilidade Ambiental são cada vez mais evidentes e necessárias, pois tanto a Economia Solidária quanto a Sustentabilidade Ambiental buscam promover um desenvolvimento mais justo e equitativo, no qual os recursos naturais são preservados para as gerações futuras.

Enquanto a Economia Popular e Solidária busca superar as desigualdades sociais e econômicas através da organização coletiva e autogestão dos trabalhadores, valorizando a cooperação e a solidariedade em detrimento da competição e da exploração, a Sustentabilidade Ambiental visa garantir a preservação da natureza e o equilíbrio dos ecossistemas promovendo um desenvolvimento que não comprometa as condições de vida no planeta.

Dessa forma, a Economia Popular e Solidária pode contribuir para a Sustentabilidade Ambiental ao promover práticas econômicas mais justas e sustentáveis, como a produção local,

Revista Macambira, Serrinha (BA), v. 7, n. 1, e071016, Jan.-Dez., 2023
ISSN: 2594-4754 | **DOI:** https://doi.org/10.35642/rm.v7i1.939.

o consumo consciente, solidário ou crítico, a reciclagem e o reaproveitamento de materiais, ou o sistema de agricultura agroecológica. Além disso, a Economia Popular e Solidária pode promover a conscientização ambiental e a educação para a sustentabilidade através de processos formativos e de sensibilização junto aos seus membros e à comunidade em geral.

Do mesmo modo, a Sustentabilidade Ambiental pode contribuir para a Economia Popular e Solidária ao promover o uso de tecnologias limpas e renováveis que reduzem o impacto ambiental das atividades econômicas e geram empregos. Além disso, a Sustentabilidade Ambiental pode favorecer a criação de redes de Economia Popular e Solidária e a valorização dos produtos e serviços sustentáveis, estimulando a demanda por práticas econômicas mais responsáveis e sustentáveis.

Portanto, é fundamental promover a integração entre a Economia Popular e Solidária e a Sustentabilidade Ambiental, reconhecendo a importância de ambas para a construção de um desenvolvimento mais justo, equitativo e sustentável. Somente assim será possível superar as desigualdades sociais e econômicas e garantir um futuro viável e justo para as próximas gerações.

Para fortalecer e expandir esta pesquisa e direcionar novos estudos, é vantajoso considerar algumas sugestões. Dentre elas, a incorporação de procedimentos metodológicos adicionais com uma abordagem participativa que assume papel central, com engajamento político transformador. Isso implica englobar os próprios coletivos de empreendimentos solidários como sujeitos ativos da pesquisa, proporcionando uma perspectiva mais completa e inclusiva.

4. REFERÊNCIAS

ALEIXO, A. S. M. D. F. **Da Economia Social para a Economia Solidária.** Dissertação (Mestrado) – Instituto Universitário de Lisboa, Programa de pós-graduação em Economia Social e Solidária Lisboa, 2015. Disponível em: https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/11388/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Anabela.pdf Acesso em: 02 out. 2023.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO – CMMAD. **Nosso futuro comum.** 2. ed. Tradução de "Our common future". 1988. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas. 1991. Disponível em: https://pt.scribd.com/doc/12906958/Relatorio-Brundtland-Nosso-Futuro-Comum-Em-Portugues Acesso em: 02 out. 2023.

CORRÊA, A. C. M. P. **A lei 11.445/07 e o saneamento básico**: os efeitos da adoção de planos municipais e/ou regulação nos indicadores do setor. 2018. 56f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Economia) Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: https://www.econ.puc-

rio.br/uploads/adm/trabalhos/files/Ana_Carolina_Montaury_Pimenta_Correa.pdf Acesso em: 02 out. 2023.

COLLYER, F. R. S. Muito além da Revolução: os aspectos políticos e sociais da maior revolução da idade moderna. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, 2015. Disponível em: http://jus.com.br/artigos/31268/muito-alem-da-revolucao Acesso em: 02 out. 2023.

DAGNINO, R. **A Tecnologia social e seus desafios.** In: LASSANCE JUNIOR, A. *et al.* Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, p. 187-210, 2004.

DINIZ, S. C. Possibilidades da economia popular e solidária no Brasil contemporâneo: apontamentos. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 29, n.3, p.963-985, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/j/neco/a/MrDtQVZFfsBDYL3GL6PBGjS/?format=pdf&lang=pt Acesso em: 02 out. 2023.

FUNDAÇÃO ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – ENAP. **Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos –PGRS.** Brasília/DF, dez. 2017. Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/4923/1/PGRS_ENAP_R2.pdf Acesso em: 02 out. 2023.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA – FBES. **Carta de Princípios da Economia Solidária**. III Plenária Nacional da Economia Solidária, 2002. Disponível em: http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=63&Itemid=60 Acesso em: 7 abr. 2023.

FIORILLO, C. A. P. **Curso de Direito Ambiental Brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2011.

FRANÇA FILHO, G. C. Terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular: traçando fronteiras conceituais. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, SEI v. 12, no. 01. p. 9-19. jun. de 2002. Disponível em: https://base.socioeco.org/docs/economiasolidria-fronteirasconceituais.pdf Acesso em: 02 out. 2023.

IAQUINTO, B. O. A sustentabilidade e suas dimensões. **Revista da ESMESC**, Florianópolis, v. 25, n. 31, p. 157–178, 2018.Disponível em: https://revista.esmesc.org.br/re/article/view/187 Acesso em: 10 maio. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Cidades**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/valente/panorama Acesso em: 11 ago. 2023.

LEAL, K. S.; RODRIGUES, M. S. Economia solidária: conceitos e princípios norteadores. **Revista Humanidades e Inovação**, Palmas, v.5, n. 11, 2018. Disponível em: https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/844/774 Acesso em: 02 out. 2023.

LIMA, J. Economia Popular e Solidária e Desenvolvimento Local: relação protagonizada pela organicidade das iniciativas. **Otra Economía**, São Leopoldo, v. 10, n. 18, p. 3-17, jan. 2016. Disponível em: https://revistas.unisinos.br/index.php/otraeconomia/article/view/otra.2016.1018.01/5337 Acesso em: 02 out. 2023.

LIMA, J. R. O. Economia popular e solidária e desenvolvimento local: relação protagonizada pela comunidade organizada In: **Economia local, comunitária e solidária**: O desenvolvimento visto de baixo.1 ed. Lisboa - Portugal: Edições Húmus Ltda., 2022.

LIMA, J, R. O. A Economia Popular Solidária como estratégia para o Desenvolvimento Local Solidário no Município de Feira de Santana - BA. **Tese** (Doutorado) - Universidade do Estado

ISSN: 2594-4754 | **DOI:** https://doi.org/10.35642/rm.v7i1.939.

da Bahia, Programa de Pós-graduação em Educação e Contemporaneidade, Salvador, 2014. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/11s7lbHDap6ddlOQhnNDFzjS20_yeWT2k/view Acesso em 30 abr. 2023.

MANCE, E. A. **Redes de Economia Solidária: a expansão de uma Alternativa Global.** II Fórum Social Mundial, Porto Alegre, 2002. Disponível em: https://euclidesmance.net/docs/fsm2.htm. Acesso em: 30 abr. 2023.

NAVES, N. R. Moacir Gadotti por um educador brasileiro. **Revista Profissão Docente**, Uberaba, v. 1, n. 3, 2012. Disponível em: https://revistas.uniube.br/index.php/rpd/article/view/39/508 Acesso em: 02 out. 2023.

OLIVEIRA, U. S. B. Sustentabilidade e Economia Solidária: uma análise dos empreendimentos no município de Valente – Bahia. **Dissertação** (Mestrado) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Programa de Pós-graduação em Planejamento Territorial, Feira de Santana, 2017. Disponível em: http://www.planterr.uefs.br/arquivos/File/TCC2017/UIRA.pdf Acesso em 30 abr. 2023.

QUADROS, J. P. F.; BARBOSA, R. G. R.; COSTA, N. M. V. Relações educativas entre economia solidária e sustentabilidade na feira do agricultor familiar: o papel do educador social. **Revista Humanidades e Inovação**, Palmas, v.7, n.6, 2020. Disponível em: https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/2560/1537 Acesso em: 02 out. 2023.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. 1. ed, São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002. Disponível em: https://fpabramo.org.br/wp-content/uploads/2018/04/Introducao-economia-solidaria-WEB-1.pdf Acesso em 8 abr. 2023.

SCHIOCHET, V.; SILVA, R. F. da. A formação de gestores na política pública de economia solidária. **Mundo do Trabalho Contemporâneo**, Brasília, v. 1, n. 1, 2016. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/mtc/article/view/7238. Acesso em: 10 mai. 2023.

SOBRINHO, C. A. Desenvolvimento sustentável: uma análise a partir do Relatório Brundtland. **Dissertação** (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista, Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Marília, 2008. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstreams/db8f2aee-81b8-4b69-9e2d-2bc4c0e66bfa/download Acesso em: 02 out. 2023.

TAUILE, J. R. Economia solidária e autogestão: criação e recriação de trabalho e renda. In: PAIXÃO, M.; BRANCO, R. C. (Org.). **Trabalho, Autogestão e Desenvolvimento: escritos escolhidos** 1981-2005. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

WORLD WILDLIFE FUND – WWF. **Pegada ecológica:** que marcas queremos deixar no planeta?: Texto: Mônica Pilz Borba; Coordenação: Larissa Costa e Mariana Valente; Supervisão: Anderson Falcão – Brasília: WWF-Brasil, 2007. Disponível em: http://assets.wwf.org.br/downloads/19mai08_wwf_pegada.pdf. Acesso em 14 abr. 2023.

ISSN: 2594-4754 | **DOI:** https://doi.org/10.35642/rm.v7i1.939.

Revista Macambira

Informações do Artigo	Article Information
Recebido em: 24/05/2023 **Aceito em**: 02/10/2023 **Publicado em**: 05/10/2023	**Received on**: 2023/05/24 **Accepted in**: 2023/10/02 **Published on**: 2023/10/05
Contribuições de Autoria *Resumo*: André de Oliveira Alves, José Raimundo Oliveira Lima *Introdução*: André de Oliveira Alves, José Raimundo Oliveira Lima *Referencial teórico*: André de Oliveira Alves, José Raimundo Oliveira Lima *Análise de dados*: André de Oliveira Alves, José Raimundo Oliveira Lima *Discussão dos resultados*: André de Oliveira Alves, José Raimundo Oliveira Lima *Conclusão*: André de Oliveira Alves, José Raimundo Oliveira Lima *Referências*: André de Oliveira Alves, José Raimundo Oliveira Lima *Revisão do manuscrito*: André de Oliveira Alves, José Raimundo Oliveira Lima *Aprovação da versão final publicada*: André de Oliveira Alves, José Raimundo Oliveira Lima	**Author Contributions** *Abstract/Resumen*: André de Oliveira Alves, José Raimundo Oliveira Lima *Introduction*: André de Oliveira Alves, José Raimundo Oliveira Lima *Theoretical Reference*: André de Oliveira Alves, José Raimundo Oliveira Lima Data analysis: André de Oliveira Alves, José Raimundo Oliveira Lima *Discussion of results*: André de Oliveira Alves, José Raimundo Oliveira Lima *Conclusion*: André de Oliveira Alves, José Raimundo Oliveira Lima *References*: André de Oliveira Alves, José Raimundo Oliveira Lima *Manuscript review*: André de Oliveira Alves, José Raimundo Oliveira Lima *Approval of the final published version*: André de Oliveira Alves, José Raimundo Oliveira Lima
Conflitos de Interesse Os autores declararam não haver nenhum conflito de interesse de ordem pessoal, comercial, acadêmico, político e financeiro referente a este manuscrito.	**Interest conflicts** Declare that there is no conflict of interest. Suggestive text: The authors declare that there is no personal, commercial, academic, political or financial conflict of interest regarding this manuscript.
Como Citar este artigo – ABNT ALVES, André de Oliveira.; LIMA, José Raimundo Oliveira. Economia popular e solidária e sustentabilidade ambiental: confluências e fronteiras conceituais. **Revista Macambira**, Serrinha (BA), v. 7, n. 1, e071016, Jan.-Dez., 2023. DOI: https://doi.org/10.35642/rm.v7i1.939.	**How to cite this article - ABNT** ALVES, André de Oliveira.; LIMA, José Raimundo Oliveira. Popular and solidarity economy and environmental sustainability: confluences and conceptual boundaries. **Revista Macambira**, Serrinha (BA), v. 7, n. 1, e071016, Jan.-Dez., 2023. DOI: https://doi.org/10.35642/rm.v7i1.939.

Licença de Uso	Use license
A Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional (CC BY4.0). Esta licença permite compartilhar, copiar, redistribuir o manuscrito em qualquer meio ou formato. Além disso, permite adaptar, remixar, transformar e construir sobre o material, mesmo que comercialmente, desde que seja atribuído o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico.	The Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 4.0 International License (CC BY4.0). This license allows sharing, copying, redistributing the manuscript in any médium or format. In addition, it allows adapting, remixing, transforming and building on the material, even commercially, as long as due credit for authorship and initial publication in this journal is attributed.